

PARADIGMAS NA FORMAÇÃO E OS OBSTÁCULOS PARA NOVOS OLHARES EM PSICOLOGIA

Jessica Franciele Oliveira de Souza*
Maria Luisa Vicente Ribeiro
Rogério Amador de Melo
Danielle Jardim Barreto

Este trabalho faz parte do Projeto de Iniciação Científica, executado na Universidade Paranaense, campus Umuarama, intitulado “Atravessamentos e inovações na formação em Psicologia após advento das Diretrizes Curriculares Nacionais”. Ao pensarmos na formação em Psicologia ao longo da história devemos pensar também nos processos pelos quais esta profissão passou para se firmar enquanto ciência. Uma profissão que ao longo dos anos dividiu-se em variados olhares buscando explicar seus objetos de estudo – o homem e a mulher – de forma clara e objetiva, uma profissão que se sistematizou buscando comprovar veracidade em suas produções. Na luta em se estabelecer como ciência e profissão a Psicologia adotou o modelo médico de atendimento, lutando para garantir seu espaço nos consultórios. Como pontua Bock (1999), “a Psicologia acompanhou o desenvolvimento do país desde o **controle** no Brasil colonial, a **higienização** do início do século XIX, a **diferenciação** no século XX” (p. 319).

A Psicologia que se desenvolveu junto com a sociedade, mas que de certa forma se perdeu ao manter seu olhar voltado para o modelo médico, vem agora buscar uma nova identidade, uma identidade que por décadas permaneceu fixa, quase imutável, mas que na realidade deveria ser dinâmica; deveria ser movimento permanente de transformação, porque é reflexo do vínculo com a sociedade que a acolhe e que está sempre em movimento, vínculo de compromisso com as necessidades desta sociedade. (Bock, 1999).

Estas transformações datam a partir de produções acadêmicas sobre a falta de identidade profissional, a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394/96 e da implementação dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) que agenciaram as transformações na formação dos profissionais vinculados ao SUS, incluindo nesse cenário os psicólogos.

Os muitos acontecimentos contemporâneos que, segundo Bernardes (2004), modificam profundamente as leituras e a compreensão sobre subjetividade, conhecimento, realidade e o entorno social, dão a entender que os objetos estudados pela Psicologia não podem mais ser lidos como originários de uma suposta natureza. Seriam antes sim, resultantes das práticas de objetivação - entre estas práticas o conhecimento científico - construídas e desenvolvidas pelas próprias pessoas.

Entendemos que Psicologia é diversidade, é pluralidade e, portanto, um imenso leque de possibilidades de atuação se abre para os profissionais psi. Devemos voltar nossos olhares para os diversos mecanismos que atuam sobre as escolas, famílias, prisões, mídia, hospitais, políticas e, sobre a própria ciência. Devemos compreender de modo diferente e único cada instituição, como ela é objetivada e como objetiva os sujeitos que dela participam.

As Diretrizes Curriculares dos Cursos de Psicologia foram arduamente discutidas e problematizadas pelas diversas instâncias envolvidas na formação profissional (CNE, CFP, IEs, ABEP entre outras). As primeiras diretrizes foram homologadas em 08 de abril de 2004, na gestão do então Ministro da Educação – Tarso Genro e publicadas em D.O.U. no dia 12 de abril de 2004. Em 15 de março de 2011, uma nova Diretriz Curricular foi homologada pelo MEC, prevendo agora um projeto complementar para formação em licenciatura. Esta complementação visa ampliar o espelho da formação do psicólogo. Diretriz etiológicamente significa *lat.tar. directrix, ícis* 'linha diretriz, conjunto de princípios e normas'. Desta forma podemos afirmar que mudanças nas linhas de formação, signifiquem mudança nos princípios do sistema de produção do pensamento – verdades em Psicologia.

Essas reflexões de certo modo, trazem incômodos e desconfortos devido a toda contextualização histórica da ciência psicológica, mas ao mesmo tempo se faz pertinente, pois ao se pensar na formação dentro das academias a partir *de seus Projetos Pedagógicos* (grifo nosso), numa concepção das implicações culturais e políticas, é pensar nos agenciamentos e atravessamentos discursivos sobre saberes/verdades na formação e práticas psicológicas que acabam sendo dispositivos de força na produção e reafirmação da subjetividade (Guareschi & Dhein, 2009, p. 69).

Porém percebe-se que os territórios construídos ainda mantêm discursos dicotômicos, instituídos sobre o sujeito na contemporaneidade. Experimentam-se nestes territórios os atravessamentos dos discursos instituídos, impedindo a experimentação da inovação na formação, mantendo-se ainda em vários cursos conhecimentos/saberes e estágios limitados a áreas de atuação em detrimento a proposta de formação em ênfases de conhecimento/saberes inovadores e práxis profissional concomitantemente.

A dificuldade de inovar as práticas da Psicologia ainda na formação limitando os conhecimentos/saberes à práticas já instituídas distancia as vivências proporcionadas pela formação e as características culturais deste mundo social que se transforma pela emergência de novos movimentos sociais, dos movimentos feministas, do processo de globalização e grandes inovações tecnológicas. Essas transformações que configuram novos mapas culturais, “parecem estar distantes da formação institucionalizada, dos currículos, pois estes continuam seguindo os critérios e os parâmetros de um mundo já inexistente” (Bernardes, 2004, p. 32).

Em recente pesquisa realizada por Barbosa e Lisboa (2009), foi averiguado que a oferta de cursos de Psicologia tem aumentado consideravelmente, em destaque há três momentos: primeiro na década de 70, efeito da regulamentação da profissão em 1962, através da Lei nº4119 e com a emissão do parecer CFE 404/62, além da própria Reforma universitária de 1968 que define o currículo mínimo. O segundo *boom* de criação de cursos se deu na década de 90, mais expressivamente a partir de 1997, com o advento da nova Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996), que impulsiona o setor privado em detrimento da necessidade de criação de aumento significativo de abertura de vagas no ensino superior no Brasil. O último grande crescimento na criação de Cursos de Psicologia se deu em 2006 e os autores o relacionam ainda a LDB, acreditamos, porém, que há também uma forte influência das políticas educacionais neoliberais adotadas pelo atual governo através dos parâmetros adotados pela Reforma Universitária.

Mancebo; Maués; Chaves (2006) apresentam um panorama da relação da crise econômica mundial, leia-se crise do capitalismo contemporâneo e os efeitos através de ações imediatistas nas políticas sul americanas de Estado relacionadas à educação, com ênfase na educação superior. No Brasil o efeito destas relações produzidas neste cenário, é

materializado através da Reforma Universitária, ainda em processo de (*in*) digestão por parte da comunidade acadêmica.

O empobrecimento dos territórios de formação é visível, devido à mercantilização das relações de produção de conhecimento tanto em nível público quanto nas entidades educacionais privadas. O saber em muitos espaços de formação do profissional psi está sendo produzido como procedimentos técnicos para atuar no mercado de trabalho estabelecido ou em emergência.

Como se há de verificar, tais mudanças oportunizaram novas possibilidades de produção de conhecimento partindo de referenciais mais abrangentes as demandas sociais que até então não eram tão discutidas dentro da graduação e formação do profissional, ou vistas apenas a partir de um único referencial. Como compara Bettoi e Simão (2000), diversos estudos e pesquisas consideram pertinentes as necessidades de se refletir sobre a relação entre “[...] as necessidades sociais, a imagem da profissão, a formação e a atuação profissional” (p.21).

As condutas assumidas por profissionais psi durante anos foram difundidas nas camadas médias urbanas da sociedade brasileira após a década de 1960, a maioria dos serviços oferecidos eram baseados no modelo clínico individual, a-histórico, asséptico e neutro, e que se expandiu para dentro das escolas e fábricas. Este mercado começa a falir em função do empobrecimento das classes média e alta, e o público alvo do atendimento clínico individual começa a abandonar o atendimento psicoterápico (Mancebo, 1997, citado por Bernardes, 2004).

O olhar da Psicologia modifica-se com base nas modificações sociais, e já não se pode mais ter como opção um único modelo de atuação, uma única verdade. Vemos aqui a necessidade de desconstrução da identidade fixa, para a reconstrução de uma identidade dinâmica, culturalmente construída, baseada na busca de uma verdade até então ignorada, uma verdade construída sim, mas que traz consigo possibilidades de propor novos horizontes para se contemplar, por meio de ficções que inventam outras visões de mundo. (Pellejero, 2008)

Não buscamos nessa pesquisa apresentar modelos de Cursos de Psicologia ideais, pois as próprias diretrizes de formação ampliam as possibilidades de atuação e produção de conhecimento. Porém é preciso dar visibilidade a formação em Psicologia, para que visualizemos os agenciamentos de saberes e práticas de intervenção psi que priorizam a patologização/enquadre/adequação das diferenças. Parafraseando Berenice Bento (2010), no título de uma publicação, há “muito poder e pouco saber” nas “verdades” produzidas pela Psicologia, e essas articulações desiguais fazem emergir modos de vida indesejáveis e invisíveis para a Psicologia capturada.

Referências

Barbosa, A. J. G. & Lisboa, F. S. (2009). Formação em Psicologia no Brasil: Um perfil dos Cursos de Psicologia do Brasil. *Psicologia Ciência e Profissão*, 29(4),718-738.

Bento, B. (2010). Pouco saber para muito poder: a patologização do gênero. In: F. Pocahy (Org), *Políticas de enfrentamento ao heterossexismo: corpo e prazer*. Porto Alegre: Nuances.

Bernardes, J. S. (2004). *O debate atual sobre a formação em Psicologia no Brasil – permanências, rupturas e cooptações nas políticas educacionais*. Tese de Doutorado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. SP, Brasil.

Bettoi, W. & Simão, L. M. (2000). Profissionais para si ou para outros? *Psicologia ciência e Profissão*, 20(2),

Bock, A. M. B. (1999). A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. *Estudos de Psicologia*, 4(2), 315-329.

Brasil. (2004). Resolução nº. 8, de 7 de maio de 2004. *Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de graduação em Psicologia*. Brasília: Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior.

Guareschi, N. M. F. & Dhein, G. (2009). *Formação em Psicologia: história, cultura e política*. In: Tatsch, D.; Guareschi, N. M. F.; Baumgarten, S. T. (Org.), *Tecendo Relações e Intervenções em Psicologia Social*. Porto Alegre: ABRAPSO SUL, v. 1, p. 64-73.

Anais V CIPSI - Congresso Internacional de Psicologia

Psicologia: de onde viemos, para onde vamos?

Universidade Estadual de Maringá

ISSN 1679-558X

Mancebo, D., Maués, O. & Chaves, V. L. J. (2006). Crise e reforma do Estado e da Universidade Brasileira: implicações para o trabalho docente. *Educar*, 28, 37-53.

Pellejero, E. (2008). A conjura dos falsários. *Humanidades em Revista*. 6, 1-18.